



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001281-02.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Análise de minuta de Termo Aditivo nº 1 ao Contrato nº 1/2019. Contratada: **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.** – serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

PARECER JURÍDICO Nº 92 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, efetivou-se a contratação da empresa DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.627.226/0001-05, para o fornecimento de unidades de serviços técnicos – UST, a fim de prestar suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deste Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RO, pelo prazo de 30 (trinta) meses, a contar de 07/03/2019, conforme Contrato nº 01/2019 ([0386835](#)).

02. Em razão da solicitação de prorrogação do Ajuste citado (que tramita no processo administrativo [0003733-14.2020.6.22.8000](#)), a Seção de Contrato (SECONT), em observância do Despacho nº 976/2021/GA-BSAOFc ([0705586](#)), elaborou a minuta de TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº 1/2019 ([0713307](#)) e juntou o referido documento neste autos, consoante Remessa nº 129/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0713308](#)).

03. Registra-se que esta AJDG já emitiu, no processo citado acima, o Parecer Jurídico nº 91/2021 - PRES/DG/AJDG ([0713611](#)) acerca da possibilidade de dilação da vigência do Contrato nº 1/2019.

04. Assim instruídos, o feito foi remetido a esta unidade para análise e emissão do parecer quanto a minuta mencionada. **É o necessário relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

05. Preliminarmente, é necessário enfatizar que a prorrogação contratual registrada na minuta já foi apreciada por esta unidade no Parecer Jurídico nº 91/2021 – PRES/DG/AJDG, conforme relatado acima. Portanto, resta apenas análise da minuta do Termo Aditivo ([0713307](#)).

06. Contudo, além disso, foi anotado na minuta uma nova subcláusula na Cláusula Décima do contrato original, tratando de indicador de economicidade, denominado Fator-K. Essa inclusão solicitada pela unidade gestora é decorrente de auditoria promovida pelo Controle Interno deste Tribunal no ano de 2020 (processo administrativo 0001811-35.2020.6.22.8000). Verifica-se que tal tema foi amplamente discutido naqueles autos e se trata de questão técnica e não jurídica. Importante destacar que, no Relatório de Auditoria nº 6/2020 (0646548), apresentou-se à seguinte conclusão sobre a ausência de cálculo do Fator-K na verificação da economicidade da contratação:

I - Em razão do Acórdão 1508/2020-TCU-Plenário ter recomendado a observância em contratações em vigor baseadas na prática UST e similares, no ato de eventual prorrogação, a avaliação da economicidade dos contratos, com vistas a mitigar o risco inerente de sobrepreço e superfaturamento em contratações baseadas em UST e similares, complementando esta avaliação com a análise do fator-K, mantém-se este achado, para que nas futuras contratações e/ou prorrogações sejam observado este fator.

07. Dessa forma, em observância dos princípios regedores das contratações públicas, principalmente o da eficiência, a Administração pode e deve incluir **Subcláusula Terceira e alínea “a”** na CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato n. 01/2019, por meio de Termo Aditivo que é o instrumento apropriado para modificar o contrato que, no caso, visa a corrigir um evidente lapso na execução da gestão contratual. Ainda, tal alteração pretendida não acarretará prejuízos nem acréscimos financeiros para este Tribunal e para a contratada. Pelo contrário, proporcionará maior eficiência e qualidade na realização dos serviços.

08. Consigna-se na oportunidade que houve a anuência expressa da contratada para a inclusão da cláusula pretendida, consoante Ofício nº 004/2021 – CT 01-2019/TRE-RO ([0692644](#)).

09. Ademais, reporto-me aos fundamentos do parecer jurídico citado para afiançar que a minuta ([0713307](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.

III – CONCLUSÃO

10. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da aludida minuta ([0713307](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CA-SAL, Analista Judiciário**, em 09/07/2021, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARA-ÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 09/07/2021, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0713697** e o código CRC **74CB0FE5**.